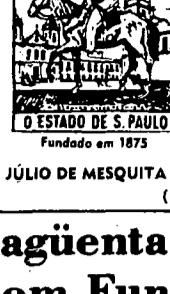


jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA

(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tárcio Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

17 MAR 1987

“O Brasil não agüenta mais um mês com Funaro”

Desde ontem, o País vive uma nova geografia política com a posse dos novos governadores, os primeiros produzidos totalmente pela Nova República. O poder político, que era partilhado entre o presidente Sarney e o instável — e pouco confiável — PMDB do dr. Ulysses, ganha agora outros sócios: os chefes dos Executivos estaduais, respaldados pelos votos populares de mais de 60 milhões de brasileiros.

Se essa alteração no cenário político será positiva a longo prazo, é uma coisa que só poderemos ver realmente com o tempo. Mas, no momento, ela é boa, porque liberta o presidente da República da camisa-de-força em que tenta mantê-lo aprisionado o deputado Ulysses Guimarães, do alto de suas três presidências e de sua ambição de chegar o mais rápido possível à quarta, com que sempre sonhou.

Livre dessas amarras, o presidente Sarney poderá, enfim, realizar a reforma ministerial há muito tempo concebida no Palácio do Planalto e reclamada com insistência por vários setores da sociedade, de empresários a trabalhadores, todos literalmente apavorados com as trapalhadas que vêm sendo cometidas pelo setor econômico da administração federal. É natural, num regime presidencialista, que o presidente da República, após uma eleição como a que tivemos em novembro, promova alterações em sua equipe de auxiliares para adaptá-la à nova situação criada pelo pleito.

Neste momento, no entanto, quando se fala em troca de ministros, todo mundo responsável neste país pensa no Ministério da Fazenda.

Ainda neste domingo o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, dava a sua abalizada opinião sobre o que nos espera se não for mudado o comando da área econômica do governo: “Agora, sem cortar os gastos públicos e acertar o câmbio, com a total desarticulação do sistema produtivo, nosso maior custo nem é transferir 0,5% ou 1% a mais do PIB para fora. Nossa maior custo é ter mais um mês com o senhor Dilson Funaro à frente da economia (grifo nosso). O Brasil está estritamente na retórica, não tem plano nenhum, nem na área externa, nem na interna. Espero que o presidente Sarney perceba que está sendo iludido e vá buscar nos quadros do PMDB (eles fizeram a crise, eles que a conseguem) alguém mais competente que o sr. Funaro. Estão arrancando sangue do povo quando diziam justamente o contrário” — disse Pastore num tom que nos surpreendeu.

Se critica dessa virulência partisse, por exemplo, do ex-ministro Delfim Neto, seríamos obrigados a dar um desconto. Afinal, Delfim é um político em busca de reabilitação e sabe que esta reabilitação depende da exposição do fracasso de seus sucessores. Pastore, ao contrário, é um técnico competente, respeitado até por seus adversários, conhecido por sua moderação, empenhado atualmente apenas em suas atividades acadêmicas na USP e nunca foi de colocar adjetivos nas críticas que tem feito à condução da política econômica da Nova República.

Pastore, que é considerado no Banco Mundial como um competentíssimo negociador da dívida externa brasileira, exprimiu, melhor do que ninguém, o que 98% dos brasileiros estão pensando neste momento dos homens a quem Sarney entregou a economia do País e que a conduziram para esta crise total, em todas as frentes, tanto as internas quanto as externas. No plano externo a aventura da suspensão do pagamento dos juros da dívida aproxima-se rapidamente de seu ponto crucial; e nada indica que o ministro Funaro e sua equipe tenham nenhum plano estratégico para enfrentar os credores, que não parecem dispostos a ceder com facilidade apena nas arreganhos e bravatas.

Como ficou evidente na recente viagem do ministro aos Estados Unidos, Europa e Japão, os governos dos países visitados não estão dispostos a exercer qualquer pressão sobre os bancos privados. O recado para que o Brasil tome juízo, que Funaro ouviu de seus interlocutores, foi reforçado pelo prestigioso semanário inglês *The Economist*, especializado em finanças: “O truque do Brasil, de reter os juros de US\$ 68 bilhões de dívida bancária, tem provocado novos pedidos a favor de um grande plano para ‘solucionar’ os problemas da dívida. Esses pedidos sempre parecem uma tolice — e realmente são. Um grande gesto faz sentido quando há um só devedor — como a Alemanha do pós-guerra — ou um problema comum a todos os tomadores de empréstimos. Nenhuma das duas condições se aplica hoje. Os devedores são vários: merecedores, esbanjadores, em crescimento, estagnados, afortunados e infelizes. Capital deveria fluir para cada um, de acordo com seus méritos e de acordo com a perspectiva individual do emprego útil do dinheiro. O Brasil é uma má exceção para essa regra de mandar dinheiro somente para onde pode ser bem usado. Os governos estrangeiros fizeram mal quando reescalonaram as dívidas oficiais do Brasil em janeiro sem insistir em reformas econômicas. Ao contrário de alguns países pobres e falidos da África, o Brasil não é um caso de caridade. Tem de transformar apenas o equivalente a 1% de seu PNB em exportações para poder efetuar o serviço de suas dívidas confortavelmente (grifo nosso).”

Não vamos nos iludir. Nem o maior trunfo que o ministro Funaro parece guardar na manga da camisa — o risco de os bancos credores terem de lançar como prejuízos os débitos vencidos do Brasil depois de três meses de não pagamento — é real. Eles podem registrar apenas os juros não recebidos referentes àquele período e não os compromissos totais, o que torna a situação para os bancos muito menos ameaçadora.

Mas não é só quanto à negociação da dívida externa que o presidente Sarney está sendo “iludido” por seus auxiliares. Ele continua acreditando — e afirmado isso com base nos relatos que recebe das autoridades econômicas — que o quadro da economia nacional não é crítico, os problemas não são graves, não caminharemos para uma recessão, quando, na realidade, os sinais de desaquecimento já são visíveis e em alguns setores já começa a baixar o pânico. Todos os índices disponíveis já apontam para uma redução da atividade econômica: só em São Paulo, as vendas no varejo caíram 42% em janeiro passado; as lojas de departamento tiveram o movimento reduzido em 51,3% e as de utilidades domésticas em 42,1%; os empréstimos do sistema financeiro caíram em 9% em janeiro em relação a dezembro; as operações de leasing caíram 30% e a venda de automóveis em até 50% em alguns modelos; o crescimento do valor nominal dos títulos protestados na praça de São Paulo foi de 481,4% em fevereiro deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado, tendo dobrado em relação a janeiro; e a taxa de emprego na indústria de transformação também caiu.

Diante de um panorama desses, chega a ser uma apadrinhado do dr. Ulysses no comércio da economia brasileira. Se o presidente Sarney, por sentimentalismo e por gratidão, tem pudores de afastar apenas o sr. Funaro, que saga a Meia Ambiente do Ministro do Desenvolvimento, defendendo há mais de um mês a demissão coletiva do ministério, alegando exatamente que “falta credibilidade à equipe do governo. Que a mudança do comando da área econômica seja feita ou não, pouco importa. Mas que não há tempo a perder parece evidente. Como está e que não pode mais ficar.

Outro Plano Cruzado.

Dá pra levar a sério?

Há um novo “Plano de Estabilização Econômica” no ar. O “pal” deste é o ministro João Sayad. “Sua Deleade Inatingível”, o ministro Dilson Funaro, ainda não se dignou tomar conhecimento dele e, segundo “disse que disse” que, esporadicamente, “veio” do Olímpo, parece que também ainda “recebendo” inspi-

rações para fazer um “só seu”, sem interferência dos mortais, o que compromete seriamente as possibilidades deste de vir a nascer. E também, para que os produtores e trabalhadores brasileiros não venham a ser repentinamente abalados por uma inusitada esperança de encontrar um ponto fixo de apoio no absoluto Éter em que se transformou a vida econômica nacional, uma norma, uma orientação, sobre a qual não pairem dúvidas, já são duas as versões mais ou menos contraditórias do “Programa de Estabilização Econômica” do ministro João Sayad além das outras, do “outro time”, que querem “abrir a criança”...

A se acreditar na hipótese de que as “versões” parem no número em que estão (e abandonando definitivamente as especulações sobre as suas chances de vir a nascer, já que isso depende exclusivamente dos que detêm a “presciência absoluta”, sendo, portanto, também aqueles “a quem se não interpreta”, como dizia Monteiro Lobato), o “novo” Plano de Estabilização de Sayad “inovará” quase tanto sobre o falecido Plano Cruzado quanto a “Nova” República “inovou”, em geral, sobre os hábitos e costumes criados pelo falecido regime militar. É verdade que na sua condição de criação de um ser mais mal colocado na “hierarquia olímpica” do que o seu irmão mais velho cujo “pai” continua acima de todos, o “Plano de Estabilização” sayadiano é mais humilde que o anterior: não pretende uma “inflação zero”; ao contrário, conta com alguma inflação e, assim, também não pretende “desindexar” a economia, mas “modestamente” apenas criar todas as normas para a sua indexação permanente. Oferece também a quem acreditar possa, uma espécie de “garantia” contra mutilações e/ou manipulações políticas, eleitorais ou simplesmente populares como as que ajudaram a liquidar com o primeiro, estabelecendo prazos “impreveríveis” para o descongelamento e regras “inalteráveis” sobre como promovê-lo, passados os três meses de “frio”.

No mais, tanto quanto ao tipo de inspiração como quanto ao “espírito da coisa toda”, perseveração no erro é a expressão que define precisamente a sua relação com o seu falecido irmão mais velho, dito cruzado: o “novo” Plano de Estabilização do ministro Sayad dedica quase meia centena de minuciosíssimos artigos — com os necessários “parágrafos” — a descrever como o governo vai segurar na marra preços, salários, aluguéis, etc. — aquela força telúrica a que se chama mercado, enfim, a mesma que sepultou o primogênito — e apenas escassos cinco artigos, muito menos minuciosos — obscuros, até — sobre o que fará para segurar a si mesmo...

Alude-se vagamente, neste apêndice desprezível, àquela mesma meta que se jurou atingir no Plano Cruzado, ou seja, a de reduzir o déficit público a 1,5% do PIB. Mas na hora de especificar como atingir esta meta tudo se torna, novamente, nebuloso: especifica-se com alguma clareza (e podemos acreditar no que dizem?) que, neste esforço, os preços e tarifas do governo serão “aumentados condizentemente”. Tudo o mais são sombras: menciona-se vagamente que haverá “um esforço de austeridade nos gastos”, incluindo o corte “parcial” de “alguns subsídios” (e podemos acreditar no que dizem?), e não se vai muito mais longe. Nem uma palavra sobre cortes efetivos e quantificáveis no imenso organismo estatal parasitário que suga a Nação funcionários e empresas sem função, por exemplo) ou sobre a criação de regras rígidas para o manejo dos dinheiros públicos. Ao contrário, acena-se até com a sugestão de tornar legal e institucional o poder de pressão — hoje ainda ilícito, mesmo que impune — dos políticos sobre a economia, atribuindo ao Congresso o poder de dar votos de desconfiança à diretoria, nada mais, nada menos que do Banco Central, aquela entidade que, nos países civilizados, é encarregada de zelar pela saúde monetária da Nação acima dos interesses momentâneos do Estado e de quem o detém!

Em resumo, esta versão “serenizada” do Plano Cruzado original pretende continuar atacando e enfraquecendo os anticorpos da nossa doença — o organismo econômico persistente vivendo e seus agentes da livre iniciativa — e alimentando e fortalecendo os vírus que vêm minando a sua força — os que, integrados, constituem o organismo parasitário do Estado...

Agora, aproveitando o ensejo da posse dos novos governadores — todos peemedebistas, com uma exceção — baixemos o nível deste angustiante vôo que nos permite ver incrustado, num mundo cada vez mais generalizadamente rico, um país cada vez mais pobre, hoje inadimplente e sem perspectivas para o futuro imediato, em cujo “caldeirão social” crescem pressões assustadoras em que se juntam, no mesmo movimento de exasperação, o Capital e o Trabalho — coisa raríssima de acontecer na história em geral. Lancemos uma “vista d’olhos” apenas sobre um dos aspectos particulares do “estado da Nação”, como dizem os americanos: o que se refere às finanças estaduais.

Com raríssimas exceções, o que se vê em quase todos eles são dívidas e mais dívidas, legiões de funcionários públicos (alguns com mas muitos sem função) em pé-de-guerra reclamando, alternadamente, o pagamento de salários atrasados ou aumentos nas aviltantes mensalidades que recebem ou, todos juntos, reclamando o aumento do “bolo” a ser tomado da economia viva para que a economia parasitária possa continuar crescendo. E vê-se mais: escândalos financeiros, corrupção generalizada, “papagaios” gigantescos vencendo, bancos estaduais sob intervenção federal não para “acabar com a festa”, mas só para “maneirar” um pouco, etc.

Em conjunto, esses Estados teriam de desembolsar — se pagassem as amortizações e juros daquilo que devem e vence neste ano de 1987 — perto de 6 bilhões de dólares para credores externos e internos. Convertida em cruzados ao (irreal) câmbio oficial de Cz\$ 20,00 por dólar, isto representaria Cz\$ 120 bilhões, ou seja, toda a arrecadação prevista para este ano para o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), ou mais de metade do total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) arrecadado durante 1986, ou, ainda, mais do que o ministro Funaro está pedindo de “dinheiro novo” lá fora, para que possa “fazer (pessoalmente) este país crescer”...

Em que os políticos gastam todo este dinheiro? Vejamos. No ano passado, os Fundos de Participação dos Estados na arrecadação federal cresceram, em termos reais, 45%, e a arrecadação de ICM cresceu, em média, 35% reais. Mas os nossos zelosos governadores “tiraram tudo isso de letra”: o Rio Grande do Sul, sob Jair Soares, elevou a folha de pagamento do funcionalismo público no ano passado 200% em termos reais! Hoje gasta 54,4% do total de arrecadação do Estado só para pagar funcionários. São Paulo tem 20,3% de suas receitas totais comprometidas com a mesma conta; Minas tem 26,5%; Paraná tem 20,9%, para falarmos apenas dos três Estados mais ricos que, somados, arrecadaram 55% do total de ICM colhido no ano passado no País. Todos os outros Estados dividem “o resto”: Alagoas tem 54% de seu orçamento comprometido com a folha de pagamento dos funcionários, por exemplo. O Espírito Santo bate os recordes proporcionais: tem boa parte de sua população na folha de pagamentos do governo, e, até a semana passada, 60 mil funcionários públicos já estavam com pagamentos atrasados. A arrecadação total do Estado não chega nem para a sua folha de pagamentos! Somente nas mãos de peemedebistas do Estado há 23 mil “cargos de confiança”, altamente remunerados com o dinheiro dos contribuintes... Alagoas — um dos Estados mais pobres da União — é conhecido como o “paraiso dos marajás”, aqueles funcionários públicos que recebem entre 100 e 300 mil cruzados por mês! Sua receita mensal mal cobre o total da folha de pagamentos, estando os salários de janeiro e fevereiro e o 13º atrasados e os “papagaios” por vencer, como em todos os outros. A Bahia, neste momento com três mil funcionários em greve porque não receberam os salários de fevereiro, deve do governador João Durval, com 40 mil alegria “passadeira” a bordo do governo. Santa Catarina suspendeu, por ordem do governador Esperidião Amin, o repasse da cota do ICM para os municípios por “falta de verbas”, mas ele continua nomeando (entre outros, sua própria mulher)...

E por aí a coisa vai, enquanto os interventores federais nos bancos dos governos locais vão desempenhando escândalos que explicam como e por que estamos como estamos.

E se é assim na jurisdição dos pouquíssimos poderosos (em relação à turma de Brasília), governadores de Estado que têm de se contentar, para os seus desmandos, com as migalhas que a União se digna atrair-lhes e com o que mais o seu poder relativo lhes permite arrancar “por vias tortas”, imagine-se o que não acontece lá no Amapá...

Mas o Plano Sayad, engendrado na iminência da catástrofe e esperar da inspiração considerado “Sua Deleade Inatingível”, o ministro Funaro, continua alegando, exatamente, que “falta credibilidade à equipe do governo. Que a mudança do comando da área econômica seja feita ou não, pouco importa. Mas que não há tempo a perder parece evidente. Como está e que não pode mais ficar.

Dá pra levar esta gente a sério?